



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: TC-7511.989.23-8

Assunto: IV Fiscalização Ordenada 2023 - Escolas de Tempo Integral

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados, em atendimento ao r. despacho publicado em 26 de setembro de 2023, apresentar suas JUSTIFICATIVAS, com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, e no artigo 210, inciso III, do Regimento Interno desse Egrégio Tribunal de Contas.

1. SÍNTESE DOS FATOS

Tratam os autos da IV Fiscalização Ordenada 2023 - Escolas de Tempo Integral referentes às Contas Anuais do exercício de 2023.

Em apertada síntese, o Exmo. Conselheiro Relator determinou a notificação do responsável pela Prefeitura Municipal de Olímpia para que tome ciência do Relatório da IV Fiscalização Ordenada 2023 – Escola em Tempo Integral e, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresente esclarecimentos sobre os apontamentos anotados pela Fiscalização (evento 82),



bem como informe quais as providências adotadas com objetivo de sanar as ocorrências registradas.

Por sua vez, a Douta Fiscalização, por intermédio da Unidade Regional de São José do Rio Preto - UR-08, após a inspeção *in loco* realizada, tratando de verificar a organização, oferta e condições de escolas das redes estaduais e municipais, destacou os seguintes apontamentos:

- A maior parte dos alunos de famílias beneficiadas com programa de redistribuição de renda (bolsa-família, renda cidadã, etc.) não estão em escola de tempo integral;
- A rede não faz controle e/ou levantamento sobre a quantidade de alunos que migram da escola de tempo integral para a convencional;
- O Plano de Educação da rede não definiu periodicidade para aferir a evolução do cumprimento da meta 6 do PNE;
- Não há regulamento que discipline a forma de acesso a escola em jornada de tempo integral;
- Não há regulamento que oriente/defina o atendimento terapêutico aos alunos que apresentam dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem;
- Há professores temporários que atuam na rede (31,65%);
- A rede não possui professores que atuam exclusivamente nas escolas em jornada em tempo integral;
- Não houve diagnóstico de infraestrutura e equipamentos para implementação de escolas em tempo integral;



- Não houve priorização das comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social na construção de unidades escolares exclusivamente para atender as escolas em tempo integral;
- As instalações esportivas visitadas não estão em boas condições, conforme descrito: Trave da quadra poliesportiva e tabela de basquete quebradas;
- A escola visitada não oferece espaços destinados às atividades complementares de Cultura e Artes;
- Na escola visitada não há materiais suficientes para as práticas culturais e artísticas nas atividades complementares, conforme descrito: Não possuem materiais e equipamentos;
- Na escola visitada não há materiais suficientes e espaços em boas condições para as práticas de atividades na área de Saúde e Educação Socioemocional, conforme descrito: Na grade curricular somente consta alimentação e saúde nutricional, as outras atividades declaradas não são recorrentes e a escola não possui pessoal habilitado para oferecer atividades na área da saúde e educação socioemocional de forma recorrente na grade e nem materiais e equipamentos adequados;
- Foi constatada inadequação na seguinte atividade, conforme descrito: Possuem somente 2 computadores para uso dos alunos;
- Há funcionários terceirizados que prestam serviços diretamente aos alunos na atividade-fim;
- Há professores temporários que atuam na escola visitada (5,13%);
- Não há professores na escola visitada que tiveram ampliação progressiva da jornada para lecionar em uma única unidade escolar, conforme orienta a estratégia 6.1 do PNE;
- Foram detectadas inadequações no ambiente de alimentação escolar, conforme descrito: Paredes com pintura deteriorada decorrente de infiltração e com revestimentos faltantes;



- A escola visitada não conta com: laboratório de ciências;
- A escola visitada não conta com: sala multiuso (música, dança e artes);
- A escola visitada não conta com: banheiros para os alunos;
- A escola visitada não conta com: computadores/notebooks para os alunos;
- A escola visitada não conta com: computadores/notebooks para os docentes;
- A escola visitada não conta com: lousa digital;
- Não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na escola visitada;
- A fiscalização fez as seguintes anotações: D.1.3 - Não consta no PME as instâncias responsáveis pela avaliação da meta 6 do PNE (Ensino Integral).

Diante disso, cumpre à Origem prestar os devidos esclarecimentos e descrever as ações que estão sendo realizadas diante dos sobreditos apontamentos, em atenção ao r. despacho proferido.

2. DO MÉRITO

1. A Douta Fiscalização apontou que o Município não realiza o controle e/ou levantamento sobre a quantidade de alunos que migram da escola de tempo integral para a convencional.

Entretanto, conforme declaração anexa da Secretaria Municipal de Educação (Doc. 1), no Ensino Fundamental, migraram 95 (noventa e cinco) alunos da escola integral para a convencional, 29 (vinte e nove) alunos na Pré-escola, 22 (vinte e dois) alunos na Creche, totalizando 146 (cento e quarenta e seis) alunos.



Assim, restou superado tal apontamento, na medida em que a Origem levantou o quantitativo de alunos que migraram da escola integral para a convencional.

2. De outra banda, a Douta Fiscalização anotou que o Plano de Educação da rede não definiu periodicidade para aferir a evolução do cumprimento da meta 6 do PNE.

Quanto a este apontamento, a Secretaria de Educação informou que realiza o monitoramento anual das metas do PME – Plano Municipal da Educação, por meio da Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, nomeada pela Lei Municipal nº 3.972, de 16 de junho de 2015¹.

Além deste monitoramento anual, foram realizadas Audiências Públicas em 09/01/2018, 05/02/2019 e 14/06/2023, sendo que os convites foram devidamente publicados no Diário Oficial do Município, conferindo inclusive transparência ao sobredito monitoramento.

Em 10 de maio de 2019, a avaliação do Plano Municipal de Educação tornou-se pública através de uma Conferência, publicada no Diário Oficial da Estância Turística de Olímpia em dia 14 de maio de 2019. Antecedendo a Conferência, a equipe técnica analisou todas as metas e estratégias e apontaram notas técnicas, as quais a Comissão Coordenadora obteve ciência por meio de reuniões para aprovação destas notas técnicas (Decreto Municipal nº 8652, de 25/01/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 8765, de 01/06/2023).

Este documento foi apresentado à Câmara Municipal de Vereadores, que o aprovou em 27 de junho de 2019, cuja sanção e promulgação pelo Prefeito Municipal

¹ Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/o/olimpia/lei-ordinaria/2015/398/3972/lei-ordinaria-n-3972-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>> Acesso em 05.10.2023.



Fernando Augusto Cunha resultou na Lei Municipal nº 4.463/2019, que dispõe sobre a alteração do anexo da Lei nº 3.972, de 16 de junho de 2015.

O Plano Nacional de Educação não estipula prazo inferior ao término da vigência do Plano e o do município o segue.

3. Foi apurado ainda pela Doua Fiscalização que não há regulamento que discipline a forma de acesso a escola em jornada de tempo integral.

Quanto a este ponto, cumpre esclarecer que na Rede Municipal de Ensino de Olímpia, as escolas em tempo integral estão inseridas em bairros de população carente, como o Jardim Santa Ifigenia, Jardim Alfredo Zucca, Jardim Hélio Cazarini, e nos Distritos, por haver uma única escola de cada etapa da Educação Básica.

Desta forma, tem-se que o critério preponderante para acesso a escola em jornada de tempo integral está atrelado às condições econômicos-sociais dos educandos. Sobre o tema, a Lei Federal nº 9.394/96 (“LDB”) disciplina o seguinte:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Em consonância com o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, a Origem teve como critério implantar estrategicamente escolas em tempo integral para atender a população que está inserida geograficamente num contexto socioeconômico-cultural menos favorecido.



4. Anotou-se, ainda, que não há regulamento que oriente/defina o atendimento terapêutico aos alunos que apresentam dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem.

Em relação a este apontamento, afirma-se que os pais e/ou responsáveis dos alunos com transtornos específicos da aprendizagem matriculados na rede municipal de ensino quando necessitam de Atendimento Terapêutico, são orientados a agendar consulta com médicos especialistas para que estes comprovem a necessidade desse atendimento.

Na rede pública de saúde, os médicos especialistas realizam os encaminhamentos para as equipes multidisciplinares e os pais e/ou responsáveis pela criança, procuram os Postos de Saúde dos bairros para o agendamento dos respectivos atendimentos.

A responsabilidade desse processo, que requer acompanhamento e atendimento especializado do aluno com Transtornos Específicos da Aprendizagem, é da família em conjunto com a saúde.

As Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino oferece aos alunos com Transtornos Específicos da Aprendizagem o atendimento educacional, sendo que fora idealizado um projeto pela Secretaria de Educação devido ao grande número de alunos que apresentam diagnósticos em: dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e outros transtornos de aprendizagem não especificados, oferecendo apoio e suporte a fim de prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular durante seu percurso escolar.

O Projeto de Atendimento Educacional para alunos com transtornos específicos de aprendizagem e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na rede municipal de ensino está embasado na Resolução SMER nº 6 de 16/11/2022, alterado pela



Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Educação – SME nº 48 de 14 de dezembro de 2022².

5. De outro turno, a Douta Fiscalização pontuou que não houve diagnóstico de infraestrutura e equipamentos para implementação de escolas em tempo integral, entretanto, a Origem atentou para a construção de escolas que contam com mais espaços físicos internos e externos amplos, a fim de melhor alocar os educandos que frequentam estas escolas.

6. A D. Fiscalização apontou que não houve priorização das comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social na construção de unidades escolares exclusivamente para atender as escolas em tempo integral, porém, as escolas escolhidas para funcionamento em tempo integral estão localizadas em bairros onde há vulnerabilidade econômico-social de crianças.

7. Aduz a Fiscalização que as instalações esportivas visitadas não estão em boas condições, pois a trave da quadra poliesportiva e a tabela de basquete estariam quebradas.

Neste sentido, a Origem informa que a tabela de basquete será consertada por meio de processo licitatório para aquisição do material, e que as traves supostamente quebradas ou que necessitam de reforma também serão reparadas.

8. Apontou ainda a Douta Fiscalização que a escola visitada não oferece espaços destinados às atividades complementares de Cultura e Artes.

Todavia, a escola visitada na verdade possui um amplo pátio e um palco onde são realizados os ensaios e apresentações do “Componente Curricular Projeto Incentivo à

² Disponível em <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-48-de-14-de-dezembro-de-2022>>. Acesso em 05.10.2023.



Leitura”, desenvolvido com vários temas em que a dança, o artesanato e a música estão presentes.

Este projeto é desenvolvido anualmente pelas escolas de período integral no Componente Curricular Projeto, conforme orienta a Resolução SME nº 10, de 05 de dezembro de 2022 que dispõe sobre a Organização das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino no ano de 2023, com atividades de artesanato, música, dança, teatro, pesquisas e leitura, envolvendo quatro subtemas, nos termos do §8º do artigo 8º da sobredita resolução: I - Autores Brasileiros; II – Educação Ambiental, em conformidade com a Lei Municipal nº 353, de 26 de junho de 2009; III – Educação para o Trânsito, em atendimento às Diretrizes Nacionais de Educação para o Trânsito, aprovada por meios de Portaria nº 147, em 02 de junho de 2009 e; IV – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em atendimento à Lei Federal nº 9.394/96.

9. A Doutra Fiscalização apontou ainda que na escola visitada não há materiais e equipamentos suficientes para as práticas culturais e artísticas nas atividades complementares.

Entretanto, sob o aspecto da tecnologia, a escola visitada conta com lousa digital, tablets e TV. Em relação ao vestuário e adereços para a prática de danças e teatro, a escola envia lista do que demanda anualmente e, através de licitação, a Secretaria Municipal de Educação procede à aquisição. Em algumas ocasiões, para suprir as necessidades dos educandos, as escolas também podem utilizar o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

10. Ainda, destacou que na escola visitada não há materiais suficientes e espaços em boas condições para as práticas de atividades na área de Saúde e Educação Socioemocional.

Isso porque, segundo a Fiscalização, na grade curricular somente consta alimentação e saúde nutricional, de modo que as outras atividades declaradas não são



recorrentes e a escola não possui pessoal habilitado para oferecer atividades na área da saúde e educação socioemocional de forma recorrente.

Quanto a este apontamento, cumpre esclarecer que, na área da saúde, a escola contribui com as aulas do Componente Curricular “Educação Alimentar e Nutricional”, oferecendo uma alimentação saudável, sempre com a supervisão de um profissional nutricionista.

No desenvolvimento físico e cognitivo, as escolas contam com professor especialista em Educação Física, ao passo que nos casos envolvendo questões de doenças e transtornos, é sugerido à família do educando o direcionamento para um profissional habilitado.

As competências socioemocionais são trabalhadas na forma de clima de cooperação, colaboração e busca de resoluções de conflitos. Há debates coletivos entre a equipe escolar sobre como abordar problemas de indisciplina. Os professores colaboram uns com os outros em momentos de dificuldade.

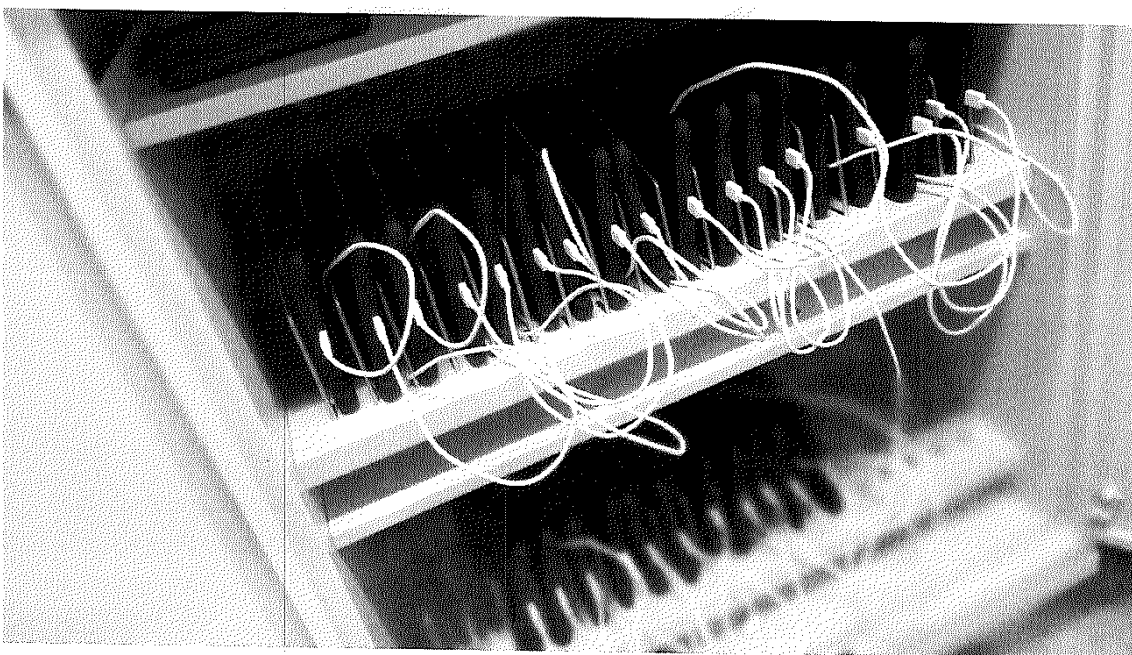
No intervalo entre as aulas, no recreio, em passeios ou festas, o diálogo, a negociação de decisões e o respeito às regras de convivência são instigados. A equipe gestora orienta os professores e alunos para a tomada de posição não discriminatória diante de situações de preconceito contra a raça, etnia, nível econômico ou religião.

11. A Douta Fiscalização pontuou ainda que existem somente 2 computadores para uso dos alunos.

Quanto a este ponto, cumpre salientar que a Origem decidiu por bem substituir os computadores desktops por tablets, para melhor atender as necessidades educacionais dos estudantes. Com esta iniciativa, todos os alunos da rede municipal de ensino (ensino fundamental) têm à sua disposição, por pelo menos duas horas diárias, um tablet para



aprofundamento dos conteúdos e demais possibilidades que a tecnologia pode proporcionar para seu desenvolvimento educacional, conforme imagens abaixo:



12. Alega a D. Fiscalização que não há professores na escola visitada durante a fiscalização ordenada que tiveram ampliação progressiva da jornada para lecionar em uma única unidade escolar, conforme orienta a estratégia 6.1 do PNE.



Neste ponto, vale afirmar que, conforme o artigo 2º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, *“na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.”*

O Plano de Carreira vigente (Lei nº 2.727/99) foi estudado por comissão designada, com proposta de alteração e atualmente se encontra em análise em instâncias competentes para verificação da possibilidade de implantação com as devidas adequações.

13. A Fiscalização Ordenada apontou ainda que foram detectadas inadequações no ambiente de alimentação escolar, havendo paredes com pintura deteriorada decorrente de infiltração e com revestimentos faltantes.

Cumprе esclarecer que a Origem está providenciando a reforma do refeitório, a qual está sendo realizada mediante a Ordem de Serviço nº 9291/2023, conforme fls. 6/7 do Doc. 1.

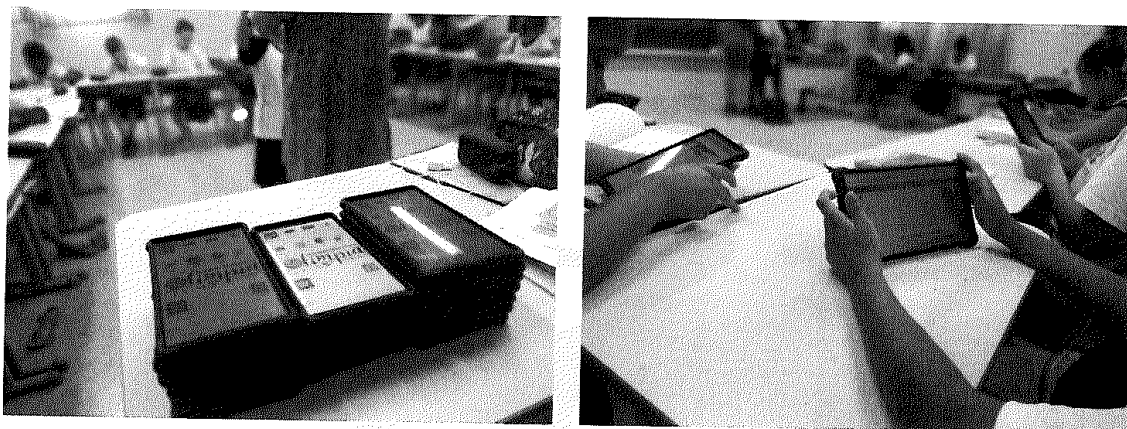
14. De outra banda, a D. Fiscalização apontou que a escola visitada não conta com sala multiuso (música, dança e artes). Neste aspecto, cumpre esclarecer que a escola objeto da fiscalização ordenada conta com uma quadra poliesportiva coberta, um amplo pátio e um palco para ensaios e apresentações artísticas. As aulas de arte envolvendo pintura ou artesanato são desenvolvidas nas salas de aula ou no espaço do refeitório quando este não está sendo utilizado.

15. Aduz a D. Fiscalização que a escola visitada não conta com banheiros para os alunos. Neste ponto, cumpre esclarecer que foi elaborada planilha orçamentária para execução dos serviços de reforma nos banheiros, a qual está em análise pelo fiscal responsável pela Ata, para liberação e emissão de Ordem de Serviço.

16. A Douta Fiscalização pontuou ainda que não há computadores/notebooks para os alunos e docentes.



Neste ponto, cumpre esclarecer que a escola em questão possui 186 (cento e oitenta e seis) tablets, divididos em 6 gabinetes de armazenamento e recarga, possibilitando uso diário de pelo menos duas horas para todos os alunos.



Além disso, a escola visitada possui 39 (trinta e nove) tablets que foram disponibilizados e entregues aos professores e equipe gestora em comodato. Os dispositivos permanecem sob a guarda e ficam à disposição dos educadores 24h, para que favoreçam suas atividades profissionais, visando oferecer aos alunos melhores condições de aprendizagem.

17. A D. Fiscalização relatou que a escola visitada não conta com lousa digital.

Entretanto, a Origem esclarece que possui lousa digital, porém, devido a mudança de salas, é necessária sua desinstalação e reinstalação no novo local, além de manutenção.

Neste sentido, foi publicado em 06 de setembro de 2023 no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município a informação de que seria realizado processo licitatório para a contratação de empresa especializada na manutenção de lousa digital, conforme fls. 9/10 do Doc. 1.



Foi realizado no dia 21 de setembro de 2023 processo licitatório para a contratação de empresa especializada na manutenção de lousa digital através do Pregão Eletrônico nº 342/2023, porém este fora revogado. Apesar disso, já estão sendo adotadas providências para correção e reabertura do processo licitatório.

18. A D. Fiscalização apontou ainda que não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na escola visitada.

Cumprir destacar que foi realizado levantamento para execução dos serviços necessários para emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, pelo engenheiro de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de Olímpia. Também foi realizada pesquisa de preços e encaminhada a solicitação nº 137037 para que seja realizado processo licitatório para contratação de empresa especializada.

19. Por fim, a D. Fiscalização pontuou que não consta no PME as instâncias responsáveis pela avaliação da meta 6 do PNE (Ensino Integral), conforme item D.1.3.

Vale esclarecer, neste sentido, que são realizadas Audiências Públicas as quais todos os interessados podem participar, sendo que os convites se estendem às autoridades e à imprensa oficial e particular.

A Lei nº 3972/2015 estabelece que:

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Ministério da Educação - MEC;

II - Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia;

III - Conselho Municipal de Educação.



§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações no sítio institucionais da Prefeitura Municipal;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

(...)

Art. 6º O município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências de educação até o final do decênio, as quais precederão as conferências regional, estadual, e nacional, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação.

Parágrafo Único - As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Nos termos da legislação acima colacionada, a primeira conferência municipal para avaliação do Plano Municipal da Educação foi realizada no exercício de 2019, com a participação do Conselho Municipal de Educação. O documento foi apresentado para a Câmara Municipal de Vereadores que o aprovou em 27 de junho de 2019, sendo promulgada a Lei nº 4.463, que dispõe sobre a alteração do anexo da Lei nº 3.972.

Já a segunda conferência municipal para avaliação do Plano Municipal da Educação ocorreria em 2023, porém, em razão da pandemia, está será realizada somente em 2024.



Finalmente, esclareça-se que as metas do Plano Municipal da Educação estão inseridas no Simec, na aba PAR 4.

Dessa forma, considera-se que restaram cumpridas todas as orientações da Douta Fiscalização, ao passo que as providências estão sendo devidamente adotadas pela Origem com objetivo de sanear as ocorrências registradas.

3. DO PEDIDO

Por todo exposto, uma vez carreados aos autos os devidos esclarecimentos sobre os apontamentos anotados pela D. Fiscalização, bem como informadas as providências adotadas com objetivo de sanar as ocorrências registradas, requer-se o acolhimento das presentes Justificativas e o julgamento regular da matéria.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 10 outubro de 2023.

PERCIVAL JOSÉ BARIANI JUNIOR

OAB/SP Nº 252.566

ADRIANE MARIA GONÇALVES

OAB/SP Nº 437.211

BEATRIZ CAMPOS ALVES

OAB/SP Nº 447.079